



A fronteira virtuosa: universidade, mídias livres e diálogo intercultural¹

Guilherme Gitahy de Figueiredo

Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas

Resumo

Este artigo faz uma análise das oficinas e mídias livres facilitadas pela UEA em Tefé (AM) como táticas que ajudam a fazer da universidade uma “fronteira”, tal como formulada por Tassinari (2001) para pensar as escolas indígenas. Em outros estudos foi mostrado como a atividade de voluntários nestas ações possibilitou a eles o acesso a tecnologias, socialização, oportunidades profissionais, aprendizagem crítica e envolvimento com movimentos sociais; de outro lado, um estudo sobre os povos indígenas atendidos pelas oficinas mostra que eles têm se apropriado delas para incrementar suas centenárias táticas por autonomia. O conceito de “fronteira” nos permite, agora, pensar estas apropriações num único quadro, no qual o diálogo intercultural mostra-se como colaboração virtuosa, com ganhos táticos para todos os envolvidos.

Palavras-chave: universidade; extensão; mídias livres; fronteira; autonomia.

Em março de 2005 teve início, no Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (CEST-UEA), uma experiência envolvendo ensino, pesquisa, extensão, movimentos sociais e “mídias livres”: a utilização de tecnologias de comunicação e informação (TICs) gerida por coletivos abertos e horizontais para a construção de formas dialógicas de comunicação. Trata-se de uma experiência que Turner (1974; 2008) chamaria de “liminar”: capaz de gerar mudanças nas estruturas das relações sociais na medida em que os sujeitos instauram vivências para além das estruturas dadas, ou seja, naquele âmbito da “communitas”, em que as formas de organização existentes são momentaneamente suspensas em nome de valores igualitários, de modo a permitir a formação de novas estruturas - que podem ser mais ou menos hierárquicas do que antes - e a renovação da coesão ou da cisão social. O processo vivido em Tefé é também de “fronteira”, na acepção que Tassinari (2001) formulou para pensar as escolas indígenas, ou seja, onde conflitos, diálogos e evitações étnicas, identitárias, culturais e lingüísticas entrecruzam-se formando zonas complexas e ambíguas de diferenças. Destas fronteiras que temos animado em Tefé, podemos dizer que possivelmente escondem formas de dominação, mas vêm propiciando momentos de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado em Curitiba entre 4 e 7 de setembro.



suspensão das hierarquias, gestando-se paulatinamente aprendizagens rumo à dialogia entre os grupos e indivíduos envolvidos e ao amadurecimento de suas autonomias.

Ao tornar-me professor universitário em 2005, responsável pelas disciplinas de introdução à antropologia no CEST-UEA, trouxe a experiência coletiva de nove anos de pesquisa sobre o movimento indígena mexicano autodenominado zapatista, cinco anos de radialismo experimental no Rizoma de Rádios Livres e quatro anos como jornalista libertário no Centro de Mídia Independente. O primeiro tornou-se famoso por conceber táticas de transformação social calcadas não na busca do poder do Estado e sim, ao largo deste, na invenção de laços de comunicação e solidariedade entre os grupos sociais de modo a se tecer “um mundo onde caibam muitos mundos”. O Rizoma de Rádios Livres, por sua vez, vem combatendo o monopólio com fins políticos e econômicos dos meios de comunicação através da invenção de coletivos horizontais e autônomos que experimentam usos tecnológicos e linguagens liminares, permitindo a libertação do potencial criativo e comunicativo dos jovens e movimentos sociais envolvidos. Já o Centro de Mídia Independente é uma rede formada junto ao movimento juvenil anticapitalista que eclodiu em Seattle de 1999 e que, até os dias de hoje, atua com a democratização da produção e difusão de notícias sobre as lutas sociais em centenas de cidades de todo o mundo. Não por acaso, ao abordar em sala de aula os conceitos fundamentais para a antropologia – racismo, cultura, etnocentrismo, alteridade, evolucionismo e relativismo cultural – no contexto da colonização pregressa e atual do Brasil e da Amazônia, formulei a tática de mostrar a utilidade da teoria antropológica através do debate sobre os processos de dominação e democratização na cultura, na educação e na comunicação: venho tentando armá-los para suas formulações cotidianas de táticas de fortalecimento de suas autonomias individuais e coletivas, bem como de suas redes colaborativas, nos processos culturais. Sendo eu mesmo o fruto de tantas experiências coletivas, e dando seqüência à colaboração como forma de pensamento e ação, passo a partir daqui a utilizar a primeira e a terceira pessoa do plural.



Um dos murais do Caracol zapatista de Oventic, Chiapas, México. Foto de Tim Russo.

Como fruto deste debate nas salas de aula e outros eventos correlatos realizados em 2006 - o seminário Flor da Palavra para debater o zapatismo e os movimentos sociais da zona rural do Médio Solimões, um seminário sobre movimentos urbanos, a participação no Festival Latino Americano da Classe Obreira e uma Oficina de Filme Documentário -, surgiu em outubro do mesmo ano um grupo de estudantes interessado em dar início a um coletivo do Centro de Mídia Independente em Tefé (CMI-Tefé). Logo o coletivo adquiriu um transmissor, e passou a atuar com a busca de alternativas de produção de notícias, sites, software livre, vídeo, foto e rádio livre: em 27 de outubro nasceu a rádio Xibé. Após nos comprometermos a ajudar este coletivo, participávamos nele como iguais aos outros: “aqui não sou o professor, somos iguais”, dizíamos temendo sermos tomados por hipócritas ou demagogos. “Fora” do coletivo, como “professor” e “pesquisador”, iniciamos um processo de institucionalização de projetos de pesquisa e extensão que complementassem as ações de ensino e ativismo. Teve início o projeto Laboratório de Comunicação Livre (Figueiredo, 2008b), sistematizando no papel as ações que já vinham sendo realizadas e, simultaneamente, o projeto Olhares de Tefé que, através da história oral, passou a mobilizar centenas de estudantes de nossas disciplinas para levantar relatos de histórias de vida e interpretar neles quais seriam as

formas cotidianas de resistência social. Em 2007, fui convidado a trazer para Tefé o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia coordenado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, passando a auxiliar o movimento da Terra Indígena Barreira da Missão a autcartografar suas lutas (Figueiredo, 2008b). Esta variedade de ações parece indicar a dispersão, mas todas possuem um denominador comum: a democratização da ciência, da tecnologia e da cultura através da construção de dinâmicas estruturais dialógicas no uso de instituições, saberes, ferramentas, valores e significados. Aqui abordaremos apenas os processos desencadeados com a utilização de mídias livres.



Malabares, rádio Xibé, capoeira, skate, zines, grafite, vídeo e fotos na Flor do Rock na Rua em 07/06/2009.

Estabelecida, já em 2006, a “parceria” entre o CEST-UEA e o CMI-Tefé, passamos a levar oficinas de mídia livre para escolas públicas, terras indígenas, assembléias do movimento indígena, bairros e comunidades em municípios do Médio Solimões e até em outros estados, como na cidade de Cantá (RR). A relação entre o CEST-UEA e o CMI-Tefé foi abordada num estudo (Figueiredo, 2008b) que analisava a tentativa de se preservar a autonomia destes voluntários frente aos dispositivos disciplinares (Foucault, 2008; Illich, 1973) presentes nas instituições modernas e na



universidade em particular. Paula e Figueiredo (2008), por sua vez, analisaram as trajetórias dos voluntários do CMI-Tefé, demonstrando como tinham obtido ganhos em autonomia individual. A partir de 2007, as atividades com mídias livres foram levadas aos povos indígenas através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em Tefé. Então um novo artigo (Figueiredo, 2008a) usou a teoria das “artes de fazer” de Certeau (2003) e a etno-história dos povos indígenas do Solimões como ferramentas para analisar o modo como eles estavam se apropriando das oficinas de mídia livre para a sua centenária luta por autonomia. É chegada a hora de reunir todas estas contribuições e somar a elas uma reflexão sobre a história de luta da universidade e da educação brasileiras por fazerem-se instrumentos de emancipação social e, apropriando-nos dos aportes teóricos de Turner e Tassinari, desvelar as tessituras desta fronteira virtuosa em que as ações de cada ator não geram lucros com as perdas do outro. Ganha-se autonomia mediante o ganho em autonomia dos outros, conquanto vão sendo depositados os tijolos de uma estrutura social em que seja possível a dialogia, e para a qual as tradições comunitárias de que estamos tão bem servidos na Amazônia são fonte privilegiada de experiência e sabedoria.

Para a etnografia da apropriação das oficinas e mídias pelos povos indígenas do Médio Solimões foi utilizado Certeau (2003): “cultura popular” corresponde a “artes de fazer” ou “táticas” em que o povo realiza “bricolagens”, recombina os produtos e os espaços dominantes de modo a conferir-lhes novos usos e significados conforme suas tradições e objetivos. A etno-história desses povos ajuda a reconstituir sua centenária luta por autonomia (Falhaber, 1998; Oliveira R. C., 1996; Oliveira J. P., 1977; 1999), de modo a melhor compreender suas táticas atuais e a apropriação das mídias livres. Suas táticas visam a autonomia comunitária e se fortalecem com a diversificação dos atores (comerciantes, FUNAI, Igreja, universidade), o diálogo através do qual agenciam direitos e a pressão, quando o diálogo não é possível. Vale ressaltar que foi a partir do diálogo com a universidade que os indígenas agenciaram os projetos de extensão e pesquisa, entre os quais engajaram-se o Nova Cartografia Social da Amazônia em Tefé e o CMI-Tefé. O processo de apropriação das tecnologias e oficinas de comunicação livre possui as seguintes facetas. 1) Primeiramente, são usadas como afirmação da cultura e direitos indígenas: na rádio falam em línguas indígenas, sobre o direito à terra e a identidade étnica. 2) Usam também como forma de ampliação do alcance de sua “voz”: é o caso das transmissões ao vivo de festas e assembléias, bem como dos áudios



e textos sobre suas atividades que têm sido divulgados pela internet. 3) A comunicação tem se revelado uma arma importante para a pressão política que o movimento indígena costuma realizar quando estão esgotados os canais de diálogo. A gravação em áudio e vídeo de promessas do secretário de educação de Tefé, por exemplo, chegou a ser usada como “prova” junto ao Ministério Público, garantindo o apoio da instituição à demanda de contratação de professores indígenas. 4) A comunicação tem ainda facilitado o processo de organização do movimento indígena, como, por exemplo, o uso da rádio, foto e vídeo para transmitir ao vivo e registrar as assembléias do movimento. 5) Finalmente é importante destacar que, através destas atividades de pesquisa e extensão, o processo de colaboração entre povos indígenas e universidade tem amadurecido.



Oficina do CMI-Tefé e UEA na aldeia Marajaí, município de Alvarães (AM), realizada em 13/12/2008.

Para o estudo da trajetória dos voluntários do CMI-Tefé privilegiou-se a realização de histórias de vida a partir da tradição que vê na história oral a possibilidade da democratização da história (Thompson, 1992). O primeiro fundador do CMI-Tefé e atual bolsista de iniciação científica com pesquisa sobre o seu próprio coletivo, Pedro Pontes de Paula Júnior, realizou entrevistas de história de vida com alguns dos seus principais voluntários. Dos relatos, notamos os traços do fortalecimento da autonomia



individual. 1) A participação no coletivo e em parceria com a universidade passou a facilitar o acesso a tecnologias e à produção cultural. 2) O trabalho de organização e a relação crítica com a informação e a cultura está contribuindo para um aumento considerável de participação política e interesse em movimentos como o estudantil, o indígena e organizações ambientalistas. 3) Os jovens estão conquistando novas oportunidades profissionais, tais como os estágios na rede Globo local e no jornal impresso Folha de Tefé, o emprego no setor de informática da universidade, bolsa de estudo em instituição ambientalista e outras, uma vez que seus voluntários tendem a ser vistos na cidade como portadores de talentos e qualificação especiais. 4) Finalmente, estão vencendo barreiras como a timidez e a auto-estima, valorizando cada vez mais a si próprios enquanto protagonistas da vida universitária, da cidade e mesmo do país. O mais tímido de todos os voluntários, por exemplo, impressionou a todos quando acabou indo a Brasília representando os movimentos sociais do Amazonas num processo de consulta pública sobre as cidades.

A Universidade tem propiciado, para estas atividades, o ensino em cursos ordinários e de extensão ligados à comunicação social e à antropologia, bolsas de iniciação científica, passagens para a participação em eventos científicos, livros, equipamentos, legitimidade e apoio institucional (às vezes com certa ambigüidade devido à ambivalência da lei quanto às rádios livres). Tem procurado também estabelecer uma relação de parceria horizontal com seus voluntários, para evitar que a organização disciplinar da universidade sufoque o coletivo. Para Foucault (2008), as instituições modernas são organizadas com fluxos verticais e unilaterais de informação, em que um centro colhe dados da base para realizar o planejamento pelo qual recalcula constantemente seu comando sobre os corpos que integram a organização. Illich (1973) mostra, ainda, que a universidade e outras instituições monopolizam a legitimidade sobre suas especialidades. A escola moderna ensina, em primeiro lugar, que não existem saberes além dos que ela professa, usurpando a legitimidade das tradições que para Certeau (2003) são constitutivas das táticas pelas quais os grupos populares conservam ou expandem sua autonomia. Portanto, o bom funcionamento deste tipo de organização implica uma interação oposta à dialogia e que deveria, em tese, inviabilizar o funcionamento de um coletivo com estrutura dialógica como o CMI-Tefé. A universidade brasileira não é, porém, feita à imagem e semelhança da prisão panóptica de Foucault¹. Também não é e nem poderia ser neutra e imparcial. Funcionou



originalmente para transplantar a cultura, instituições e tecnologias dos impérios neo-coloniais ao Brasil, mas possui já uma tradição centenária de luta por fazer-se instrumento de emancipação nacional. Recapitular os marcos deste processo pode nos ajudar a pensar uma possível faceta autonomista da universidade, muitas vezes denominada “autonomia universitária”, donde compreender que as relações sociais em uma universidade pública brasileira possam fornecer algumas condições propícias para um coletivo em que prevalece a produção colaborativa e uma proposta de democratização dos meios de comunicação que desafia o monopólio político e comercial das TICs.



Xibé, dança, artesanato, vídeo, telão, apresentações científicas, funk e fotos na Flor da Vila em 05/07/2008.

Em 1935, com a fundação da Universidade do Distrito Federal, Anísio Teixeira inaugurou uma era de esforços para superar o caráter colonial do ensino superior no Brasil através da institucionalização na universidade da liberdade de expressão, da crítica e do debate, tornando a universidade espaço de produção transmissão da cultura brasileira. Segundo Teixeira (1954; 1988) a educação brasileira servia antes para adornar as hierarquias sociais do que para resolver os problemas da nação pois,



importados como eram, pouca serventia apresentavam aos nossos desafios práticos: desta distância entre uma educação baseada em cultura estrangeira e a realidade brasileira viria o costume que arraigou-se no Brasil da separação entre produção intelectual e práticas sociais. Teixeira sonhava com a apropriação do pensamento racional originário da Grécia, com o qual poderíamos desenvolver uma ciência e cultura genuinamente brasileiras. O mais importante discípulo de Teixeira foi Darcy Ribeiro, que liderou um novo esforço autonomista com a criação da Universidade de Brasília (UnB), instituída pelo Congresso Nacional em 1961. Segundo Ribeiro (1969; 1986), a UnB foi desenhada para otimizar recursos e estabelecer as condições para o desenvolvimento de uma ciência genuinamente nacional, que deveria não apenas comprometer-se mas impulsionar o desenvolvimento autônomo do país, e que ao mesmo tempo se tornasse competitiva na comunidade científica internacional e contribuinte da “cultura universal”. Para tanto, mecanismos foram pensados para democratizar as estruturas universitárias, permitindo a gestão paritária de professores, funcionários e estudantes. Além disso, a ciência deveria, sem prejuízo para a liberdade de pesquisa e das chamadas “ciências puras”, comprometer-se com a solução das demandas sociais e democráticas do “povo brasileiro”. Embora fosse antropólogo, Darcy Ribeiro via a cultura nacional moderna como um futuro fruto de uma universidade voluntariosa. Do lado de fora da nova universidade as tradições estariam contaminadas com uma mentalidade subalterna e colonial.



Xibé na Assembléia da Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio Solimões em 14/11/2007.

Embora rapidamente abortadas por ditaduras, estas experiências intelectuais e práticas deixaram marcas importantes no que é atualmente a universidade pública brasileira. Vivemos, porém, um momento talvez ainda mais fecundo: ganha vulto o conceito de “conhecimento tradicional” e a legitimação das tradições enquanto fontes de



saber e autonomia. Além disso, no limiar do pensamento e da ação sobre educação e universidade, encontramos hoje as riquíssimas experiências de “educação escolar indígena”, que poderiam muito bem servir de inspiração para o conjunto da educação e da ciência no Brasil. Elas combinam as metas de descentralização e do fortalecimento da autonomia local nos processos educativos com a imprescindível capilaridade para os mitos, saberes e valores tradicionais dos povos que formam a nação. Como afirma Tassinari (2001), diferentes teorias permitem variações na reflexão sobre a escola indígena. Teóricos da globalização do capital como Wallerstein e Chesnaux desenham um cenário em que as culturas locais perdem força diante da articulação das comunidades ao sistema econômico mundial: naturalmente, nesta perspectiva o projeto de escola indígena para a revitalização cultural e a autonomia seria inviável. Com base em Sahlins, a autora destaca uma segunda vertente teórica, na qual os povos indígenas são capazes de se apropriar dos processos e produtos da economia globalizada, resignificando e orquestrando novos usos a partir de suas tradições. É nesta mesma vertente que analisamos, com Certaeu (2003), a apropriação das mídias livres e oficinas pelos povos indígenas no Médio Solimões no artigo supracitado. Ela serviria também para se pensar a escola ou a universidade enquanto passíveis de apropriação pelos povos indígenas e outros grupos sociais. De agentes da colonização, elas passariam a ferramentas de emancipação.

Tassinari (2001) aponta, porém, uma terceira vertente: usando Barth, Leach e Wolf, procura mostrar a complexidade que pode surgir ao se descrever as relações assimétricas, heterogêneas e mal delimitadas entre etnias, identidades, culturas, e linguagens, cujas diferenças definem as ambíguas zonas de “fronteira”. Se a segunda vertente enfatiza a resistência de tradições, a terceira destaca a persistência das diferenças. Assim a escola e a universidade, enquanto instituições voltadas ao “diálogo intercultural”, podem ser pensadas por nós como fronteiras onde podem persistir relações de dominação lado a lado com experiências de resistência ou transformação autonomista, canais de diálogo junto a linhas de isolamento, estruturas rigidamente verticais paradoxalmente combinadas com estruturas fundamentadas na dialogia. O pensamento da autora é um sedutor convite ao incremento de pesquisas etnográficas que possam trazer novas pistas sobre estas ambíguas fronteiras.



Em Tefé, a experiência e a pesquisa têm relevado o potencial das mídias livres para fazer da universidade uma fronteira virtuosa, em que é fomentada a dialogia na comunicação e nas relações sociais. O seu uso tem permitido deslocamentos da prática universitária que são fundamentais para a democratização da universidade. 1) As atividades realizadas por um coletivo aberto e horizontal nas instalações da universidade permitem a entrada, na “cidade do saber”, de produtores e realizadores que frequentemente não passam pelos filtros dos concursos e vestibulares. É preciso verificar, porém, que outras espécies de filtros podem estar surgindo. 2) As atividades realizadas fora das suas instalações - nos bairros, aldeias, assembléias de movimentos, escolas, etc - fazem da produção colaborativa de saberes, tecnologias, práticas e processos algo a ser estimulado onde quer que pessoas, grupos, instituições e povos queiram: neste caso o papel do “professor” e do “pesquisador” perde o monopólio da produção “científica”, mas amplia-se para alcançar um espectro muito mais amplo do que o atual para atuar na animação de processos colaborativos que revitalizam e reestruturam as dinâmicas sociais. 3) Áudios, imagens, vídeos e suas diversas formas de difusão e consumo, produzidas colaborativamente, ajudam a realimentar estas práticas liminares e fronteiriças realizadas através da comunicação e da solidariedade. Tais como os “rituais de passagem” analisados por Turner (1974; 2008), são momentos de suspensão das estruturas sociais – sistemas de *status* e posições sociais entre os diferentes atores – em que elas são reorganizadas em direção a formas com maior horizontalidade: a construção de estruturas dialógicas que correspondem à possibilidade da coexistência dos diversos tipos de autonomias individuais e coletivas. As formas mais radicais destas experiências são os eventos denominados “Flor da Palavra”, organizados e realizados colaborativamente desde 2006, e que visam facilitar a aproximação de atores diversos como universidade, escolas, mídias livres, movimentos indígenas, movimentos culturais de juventude, bairros, aldeias, comunidades, e variadas técnicas e linguagens. Eventos com este mesmo nome têm sido realizados em outras cidades, e compartilhados pela rede de inspiração zapatista também denominada “Flor da Palavra”. Na ilha de Cararateua, Belém (PA), a rede deu início em 2009 ao ajuri do Caracol: a construção de um espaço físico autônomo e permanente para catalisar a comunicação e a solidariedade entre a população deste local com grupos e pessoas de outras regiões do país.



Dia da Amizade em 31/01/2009: oficinas de carimbó, respiração, fabricação de instrumentos com sementes, comilança de frutas e protesto contra a poluição no começo do ajuri do Caracol.

A importância das mídias livres para o amadurecimento da já centenária experiência autonomista da universidade pública brasileira começa timidamente a ser reconhecida, como se vê nesta carta do então reitor da Unicamp Jorge Tadeu (2009) ao ministro da justiça Tarso Genro após a apreensão de equipamentos da rádio livre Muda em seu *campus*: [é preciso] “rever as regras que impedem o crescimento das rádios comunitárias (...) acreditamos – e este é o pensamento dominante não só nesta mas nas universidades brasileiras de um modo geral – que com isto muito ganharia a liberdade de expressão no país, como também a produção cultural e a difusão de culturas comunitárias peculiares num universo tão diversificado e rico como é o Brasil, entre as quais se inserem as comunidades universitárias”. Usando as mídias livres, a UEA em Tefé, junto com seus parceiros do CMI-Tefé, movimentos indígenas, movimentos culturais de juventude e outros, temos inventado modos colaborativos de ensino, pesquisa e extensão e ampliado as fronteiras da universidade. Nesta caminhada é desejável cometermos erros: como afirmava Heron de Alencar (1969: 295) referindo-se ao espírito da primeira fase da UnB, sem o “direito de errar (...) será sempre difícil fazer alguma coisa que valha a pena”.



Oficina de rádio livre na comunidade Punã, município de Uarini (AM) em 22/11/2008.

Referências bibliográficas

ALENCAR, Heron de. A Universidade de Brasília – projeto nacional da intelectualidade brasileira. In: RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

CERTEAU, Michel de. Introdução geral. **A Invenção do Cotidiano: Vol.1 Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FAULHABER, Priscila. **O Lago dos Espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **A Flor Indígena: artes de fazer e mídias livres na Barreira da Missão (Tefé-AM)**. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, 2008a, Natal (RN). Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1815-1.pdf> Consultado em 29/03/2009.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **Quando a cidade atraca nas aldeias: Barreira da Missão, Tefé (AM)**. In: 26a Reunião Brasileira de Antropologia, 2008b, Porto Seguro (BA). Disponível em: http://201.48.149.88/abant/arquivos/22_5_2008_17_17_47.pdf Consultado em: 04/06/2008.



FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Um laboratório de comunicação livre no médio Solimões. In: FUSER, Bruno. **Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1983.

ILLICH, Ivan. **Sociedade Sem Escolas**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **As facções e a ordem política em uma reserva ticuna**. 1977. 299 f. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 1977.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos**. Campinas (SP): Ed. da Unicamp, 1996.

PAULA Júnior, Pedro Pontes de; FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **Transformação e reprodução social na experiência do Centro de Mídia Independente de Tefé**. In: 26a Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro (BA). Disponível em: http://201.48.149.88/abant/arquivos/24_5_2008_17_57_41.pdf
Consultado em: 29/03/2009.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília: Ed. UNB, 1986.

TADEU, Jorge. **Carta do reitor da Unicamp ao ministro da justiça Tarso Genro sobre a apreensão dos equipamentos da rádio Muda**. Ofício 92/09. Campinas, 13 de março de 2009.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: MARI/ FAPESP, 2001.

TEIXEIRA, Anísio. **A universidade e a liberdade humana**. Ministério da Educação e Cultura: Dep. de Imprensa Nacional, 1954.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1988.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TURNER, Victor W. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. Niterói: Ed. UFF, 2008.

TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.